

NCE/13/00441 — Decisão de apresentação de recurso da decisão do CA - Novo ciclo de estudos

Decisão de Apresentação de Recurso da Decisão do Conselho de Administração

1. Tendo recebido a decisão do Conselho de Administração relativamente ao pedido de acreditação prévia do novo ciclo de estudos Ciências do Desporto e Actividade Física
2. conferente do grau de Licenciado
3. a ser leccionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)
Escola de Turismo, Desporto e Hospitalidade da Universidade Europeia
4. da(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s)
Ensilis - Educação E Formação Sa
5. decide: Apresentar recurso
6. Recurso (Português):
<sem resposta>
7. Documento anexo (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

Exmo Senhor
Presidente do Conselho de Revisão da A3ES

ENSILIS-Educação e Formação SA, entidade instituidora da Universidade Europeia (UE) tendo sido notificada da decisão do Conselho de Administração (CA) de 06/05/2014, que, fundamentando-se nas conclusões do Relatório Final da Comissão de Avaliação Externa (RFCAE), veio a indeferir o pedido de acreditação prévia do ciclo de estudos, correspondente à licenciatura em “**Ciências do Desporto e Atividade Física**”, quanto ao ramo “Educação Física” e acreditar com condições, por 1 ano, o referido ciclo de estudos no que respeita aos ramos em “Treino” e “Exercício e Saúde”, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 45º do Regulamento nº 392/2013 (R392/2013), conjugado com o art.º 20º e seguintes do Regulamento nº 869/2010 (R869/2010), apresentar o seguinte

RECURSO

fundamentado em ilegalidade e inconveniência do ato administrativo praticado, o que o faz nos termos seguintes:

A) FUNDAMENTOS DO RECURSO

Tal como demonstraremos, a decisão do CA suportada no RFCAE padece de **ilegalidade**:

- i. por indeterminação do sentido, alcance e efeitos jurídicos do ato administrativo, em violação do disposto no art.º 123º do CPA e do art.º 34º do R392/2013;
- ii. por violação das normas que atribuem o direito de audiência prévia (art.º 16º e art.º 17º nº2 do R392/2013) e art.º 107º do Código do Procedimento Administrativo (CPA);
- iii. por fundamentação insuficiente, vaga e obscura e (art.º 125º CPA), reconduzível a violação de lei por falta de fundamentação;
- iv. por erro nos pressupostos de facto e de direito, igualmente reconduzível a violação de lei, tornando o ato anulável, nos termos do art.º 135º do CPA.

O ato decisório padece ainda de **inconveniência**, ao avaliar os meios propostos de forma desadequada aos fins pretendidos com o ciclo de estudos e impedir o funcionamento do ramo de Educação Física inviabilizando a implementação de um projeto inovador e versátil que constitui um valor acrescentado no panorama atual do ensino das Ciências do Desporto em Portugal.

I – DA ILEGALIDADE: POR INDETERMINAÇÃO DO SENTIDO, ALCANCE E EFEITOS JURÍDICOS DO ATO ADMINISTRATIVO

1. De acordo com o postulado no art.º 123º do CPA todas as menções obrigatórias do ato administrativo - entre as quais “*o conteúdo ou o sentido da decisão e o respetivo objeto*” - devem “*ser enunciadas de forma clara, precisa e completa, de modo a poderem determinar-se inequivocamente o seu sentido e alcance e os efeitos jurídicos do acto administrativo.*”
2. A decisão do CA em crise é “**Acreditar com condições, em concordância ou discordância favorável com a CAE**” (6. DCA). Ora, a menos que se considere ter existido um lapso de escrita e o que se pretenda é dizer concordância e discordância favorável, sendo que a concordância seria na parte em que rejeitou o ramo de Educação Física e discordância favorável na parte em que acreditou os outros dois ramos, o sentido da decisão é vago e ambíguo, e até mesmo contraditório, não permitindo alcançar o seu real sentido e os seus efeitos jurídicos.
3. Senão vejamos. As condições que são impostas, de acordo com o ponto 9 da DCA, são as seguintes:
“**Condições a cumprir de imediato:**
-Reduzir o número de vagas para 60;
-O ramo de Educação Física não é acreditado.
Condição a cumprir em 1 ano, tendo em consideração que é uma área formativa nova na Instituição:
-Evidenciar a manutenção da adequação do corpo docente aos requisitos legais.
Condição a cumprir em 3 ano (sic) tendo em consideração que é uma área formativa nova na Instituição:
-Evidenciar a manutenção da adequação do processo de estágio bem como das instalações existentes à formação dos estudantes”.
4. Desta formulação resulta, desde logo, que foi apresentada como condição a não acreditação do ramo de Educação Física, quando na realidade tal não se trata de uma verdadeira condição, mas antes de uma decisão desfavorável parcial que não é admitida por lei. E mais, trata-se de uma decisão – no âmbito de um processo de acreditação de ciclos de estudo - que não tem correspondência com o seu objeto que é o ciclo de estudos e não cada um dos seus ramos, até porque os ramos que compõem o ciclo de estudos partilham idênticos recursos docentes e instalações e não são para o efeito cindíveis.
5. A decisão a emitir num processo de acreditação refere-se a um ciclo de estudos na sua globalidade e nos termos do

art.º 34º do R392/2013 apenas pode ter um de três sentidos possíveis: favorável, desfavorável ou favorável condicionada, sendo que, tal como decorre do nº 3 do mesmo artigo, a “*decisão favorável pode ser condicionada à adoção, pela instituição de ensino superior interessada, das medidas de garantia de qualidade que lhe sejam determinadas dentro de prazo razoável.*”

6. Ora, à exceção da redução do número de vagas, em bom rigor nenhuma das outras condições são verdadeiras condições: A não acreditação de um ramo – que constitui, nos termos do art.º 76º-A do Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de Agosto (vulgo GADES) um dos elementos caracterizadores do ciclo de estudos - é em si mesma uma verdadeira decisão que inquina todo o ciclo de estudos e transforma a pseudo acreditação favorável com condições numa verdadeira decisão desfavorável sobre todo o ciclo de estudos, que foi planeado, estruturado e proposto com uma lógica intrínseca própria que não é viável quando amputado do ramo em causa.
7. Com efeito, o ramo de Educação Física é o ramo principal do ciclo de estudos, quer por razões históricas e de notoriedade - todos os cursos de Desporto em Portugal começaram, exclusivamente, com a área de Educação Física (na Faculdade de Motricidade Humana da UL Educação Física remonta a 1940 [1986 como licenciatura], mantendo-se como fundamental, tendo os ramos de especialização em Treino e Exercício aparecido apenas em 2006) – quer por razões de empregabilidade, já que os estudantes que frequentarem Educação Física podem exercer funções como treinadores e técnicos de exercício, mas o contrário não é verdade. Isto deve-se ao facto de ser necessário um curso de Educação Física para seguir para Mestrado de Educação Física e só com este último se poder exercer como professor nas Escolas Básicas e Secundárias, o que torna expectável uma maior apetência por este ramo. Por fim, a supressão do ramo de Educação Física põe definitivamente em causa a sustentabilidade económica do projeto educativo, uma vez que este ramo partilha com o ramo de Treino Desportivo 69% (37 em 54) das unidades curriculares do plano de estudos e consequentemente dos docentes e recursos materiais alocados.
8. Também a redução do número de vagas para 60 – que, aliás, foi proposta pela própria UE na sua pronúncia, com a distribuição por ramos na proporção 20/20/20, (ponto 9 da Pronúncia da UE, doravante PIES) - resulta inconsistente quando conjugada com a não acreditação do ramo de Educação Física, para o qual estava reservada uma quota de 1/3 das 60 vagas propostas para o ciclo de estudos sujeito a acreditação. Ou seja, aceita-se o mesmo número de vagas dos três ramos, agora só para dois, sem qualquer critério de distribuição adaptado.
9. As outras condições relacionadas com a manutenção da adequação do corpo docente e do processo de estágio, também não são verdadeiras condições na asserção do regulamento que vimos citando, já que consubstanciam pressupostos de legalidade e não medidas de garantia de qualidade. Aliás, o modo como vêm formuladas revela antes que tanto o corpo docente como o processo de estágio e instalações existentes são adequados, pois só assim se poderia impor que fosse evidenciada a respetiva “*manutenção da adequação*”.
10. Acresce a estes vícios o facto da redação da decisão, que integra por remissão expressa a fundamentação constante do RFCAE (10 da DCA), conter discrepâncias intrínsecas graves e reiteradas. Com efeito, nos termos do art.º 16º, do R392/2013, o relatório tem que ser apresentado nas línguas portuguesa e inglesa, o que se justifica atenta a obrigatoriedade da CAE incluir peritos de instituições estrangeiras (art.º 11º nº2). Todavia, constata-se que existem ao longo do Relatório Preliminar e, por conseguinte, também do Relatório Final que corresponde quase a uma cópia integral daquele, múltiplas discrepâncias entre a versão portuguesa e inglesa e que vão muito além das simples deficiências de tradução.
11. Com efeito, tal como a Comissão de Revisão poderá constatar, a versão inglesa não corresponde em vários excertos do RFCAE à versão em português:
 - i. ou porque não têm correspondência de conteúdo - **3.3.3** – (“*Por fim, cada disciplina apresenta a sua fórmula metodológica própria/ Finally, the methods do not evidence a well established scientific and pedagogic coordination*”) e **10.3** (“*O curso apresenta , ainda, um número elevado de UC (Inglés (sic), competências comunicacionais, pensamento crítico, criatividade (sic) etc...), que parecem pouco específicas de um título académico no âmbito do desporto sem uma formulação adequada dos seus propósitos/Beyond that the course comprises a collection of topics that are not specific and are often assumed as parallel to a curriculum and not part of it.(such as communication skills, english, criativity, etc...)*”);
 - ii. ou porque contém formulações opostas - **7.2** (“*Existem, em Portugal, numerosos ciclos de estudos nesta área/ There are a couple of additional courses on this scientific areas across the country*”);
 - iii. ou porque a versão inglesa tem mais conteúdo e detalhe que a portuguesa - **8.4** – (“*quase superando em volume as instituições estabelecidas há largas décadas, não o fazendo em rede/ which is very similar with the volume of the established institution for more than decades that are currently international references in Europe and in the world. Actually, this enthusiastic action is based withou (sic) any newtorking support*”);
 - iv. ou porque a versão portuguesa tem mais conteúdo e detalhe que a inglesa - **6.4** (“*Por outro lado, a lista de projetos que foi enunciada corresponde à numeração de referências dos mesmos, não sendo possível identificar as áreas, os tópicos de investigação, as instituições que foram proponentes e gestoras dos projectos./The list of projects is not detailed regarding the topics and the institutions that managed the actions*”).

v. ou, finalmente, porque são feitas referências que só existem na versão inglesa, que é o que ocorre nos pontos 2.2.2 (“*does not contribute to a generalist and multiprofessional profile of the students*”); 4.4 (“*In the meantime, among the records it is possible to find cases that suggest a full-time contract in parallel to a post-doctoral granted from the FCT 2012 application*”); 5.4 (“*Nonetheless, it is needed to follow this process to guarantee that the goals will be carried out given the students available places (n>100)*” e 9.4 (“*Little is informed about the process of involvement from the teaching staff members*”).

12. Independentemente do impacto real e concreto que estas discrepâncias linguísticas possam ter no sentido da decisão, salientamos a este propósito que as mesmas em nada contribuem para a transparência, rigor e consistência da decisão e denotam claramente falta de qualidade da produção da Comissão de Avaliação Externa criada no âmbito da Agência, que como se sabe está vinculada ao cumprimento dos *European Standards and Guidelines* (ESG) e sujeita a avaliação por parte da *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA).

II - DA ILEGALIDADE: POR VIOLAÇÃO DO DIREITO À AUDIÊNCIA PRÉVIA

13. A UE foi notificada do Relatório Preliminar da CAE (RPCAE), no qual se concluiu pela não acreditação do ciclo de estudos com fundamento num conjunto de considerações, designadamente no número de docentes em tempo integral (“*apenas 8 estão em TI com relação direta à área de formação*”); falta de qualificação do coordenador (“*não corresponde à área de especialização do curso*”) e carga horária elevada do mesmo; alegada falta de um “*enunciado identitário*” entre os três ramos; alegada falta de adequação dos ramos às potenciais competências e saídas profissionais; o facto do plano de Educação Física não garantir 120 ECTS entre outros argumentos que mais adiante se mencionarão.
14. Na sequência desta notificação e tal como decorre do art.º 31º do R392/2013, a UE pronunciou-se sobre o RPCAE, tendo procurado responder, justificar e esclarecer todas as questões suscitadas, corrigindo ou aditando informação e apresentando factos concretos, com vista a possibilitar a reapreciação da proposta por parte da CAE e a acreditação do ciclo de estudos por parte do CA.
15. Há que referir que alguns destes aspetos apenas puderam ser devidamente explicados e documentados na fase de pronúncia, nomeadamente os que se referem aos objetivos do plano de estudos (3.1.3 RPCAE), dadas as limitações da plataforma eletrónica quanto ao número de caracteres disponíveis nos campos de preenchimento e o número/tipo de documentos passíveis de serem anexados ao formulário inicial.
16. Não obstante a preocupação da parte da UE em responder exaustiva e metodicamente a todas as questões enunciadas no RPCAE, o que se constatou foi que, exceto no que se refere aos pontos relacionados com o perfil do docente coordenador (1.2.1) e as condições de acesso e ingresso (2.1.1 e 2.1.2) e as conclusões finais, o RFCAE corresponde *ipsis verbis* ao RPCAE, não tendo minimamente em conta os esclarecimentos prestados na pronúncia da UE em sede de audiência prévia, nem mesmo na parte em que estavam em causa informações e esclarecimentos perfeitamente objetivos, violando frontalmente o disposto no art.º 17º, n.º 2 aplicável *ex vi* do art.º 31º do R392/2013) que estabelece que o Relatório Final deve “*tomar em consideração a pronúncia da instituição de ensino superior interessada*”.
17. Essa falta de consideração dos elementos apresentados é evidenciada ao longo de todo o Relatório Final, chegando ao extremo do absurdo e do incoerente quando, por exemplo, depois de a UE ter proposto em sede de pronúncia a diminuição do número de vagas, de 124 para 60, o RFCAE continuar a referir que o ciclo de estudos “*somaria mais de uma centena de estudantes ao ingresso anual*” (8.4 RFCAE) ou quando continua a referir que “*não é identificável o número de 120 ECTS em Desporto e Educação Física*” (3.1.3 RFCAE), mesmo depois de a UE ter admitido, justificado e corrigido o erro (3.2. PIES), ou, ainda, quando continua a contabilizar e tecer considerações acerca do corpo docente (4.4 RFCAE) com referência à situação inicial sem atender às correções e esclarecimentos factuais efetuados pela UE a esse propósito (4.1 a 4.3. da PIES).
18. Ou seja, embora - em clara incoerência com tudo o que é referido nos diversos pontos do RFCAE - no ponto 12.4 se refira que “*a CAE recebeu e leu a pronúncia efetuada e manifesta o seu agrado pelo reconhecimento de algumas das fragilidades e propostas de adequação sugeridas...*”, o que é facto é que, há exceção do perfil do coordenador (1.2.1 RFCAE) e das condições de acesso (2.1.1 RFCAE) nada foi tido em conta, nos correspondentes tópicos do RFCAE, pelo que na realidade não foi cabalmente assegurado o exercício do direito à audiência prévia que em diversos aspetos só formalmente foi respeitado, tornando o ato inválido, por violação quer do 17º, n.º 2, do R392/2013, quer do art.º 107º do CPA que impõe que o órgão competente resolva na decisão final todas as questões pertinentes suscitadas durante o procedimento que não hajam sido decididas em momento anterior.

III – DA ILEGALIDADE: POR FUNDAMENTAÇÃO OBSCURA E INSUFICIENTE (RECONDUZÍVEL À FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO)

19. De acordo com o art.º 125º do CPA e do art.º 34º do R392/2013, é admitida a fundamentação *per relationem*. Desta possibilidade decorre que o exposto no RFCAE passa a integrar o ato administrativo – decisão do CA - consistindo

na sua fundamentação. Tendo a decisão sentido desfavorável para a UE, a fundamentação constitui, de acordo com o art.º 123º, n.º 1, d) do CPA, uma das suas menções obrigatórias.

20. Ora, como constatamos, a decisão do CA, embora aparentemente favorável, constitui materialmente uma decisão desfavorável atendendo ao facto de ter como efeito a não “acreditação” do ramo principal do ciclo de estudos, o que exigiria uma fundamentação *clara, precisa e completa* (art.º123º, 2 CPA). Todavia, tal não ocorreu já que os poucos argumentos utilizados para fundamentar a decisão – que são os explanados no último ponto da RFCAE (12.4) - não se circunscrevem ao ramo não autorizado mas são comuns a todo o ciclo de estudos.
21. Por outro lado, são utilizados abundantemente fundamentos conclusivos, sem conteúdo apreensível: por exemplo “os recursos apresentados não permitem garantir qualidade a um maior contingente” 12.4-1 RFCAE; “*manifesta desadequação do projeto, do corpo docente recrutado e sobretudo do plano de estudos*” (12.4-2 RFCAE); vagos e ambíguos: “elevado número de UC (...) que parecem pouco específicas de um título académico” (10.3 RFAE); “parece um dos pontos mais fracos desta proposta” (9.4 RFAE); “esta desagregação (...) parece contrariar a sua própria proposta” e até mesmo obscuros: “requisitos bem estabelecidos (aonde?) e que não estão reunidos no presente plano de estudos”.
22. Ora, este modo de tirar conclusões sem, por um lado, ter em conta os esclarecimentos recebidos na audiência prévia, e, por outro, sem especificar ao que é que se está a referir em concreto em cada caso, usando generalizações não justificadas, torna a fundamentação da decisão, respetivamente insuficiente e obscura. Acresce que não existe um sequer fundamento concreto e apreensível que se refira em particular ao ramo não acreditado e que possa legitimamente justificar a sua discriminação. Note-se que o corpo docente e as instalações são comuns aos três ramos, o estágio só existe nos ramos autorizados e a alegada desnecessidade do ramo para uma saída profissional, além de errónea, não seria impeditivo da acreditação de uma licenciatura, para mais no ensino universitário, como a seguir melhor demonstraremos.
23. Desta circunstância resulta estar o ato inquinado com o vício de violação de lei, já que a fundamentação insuficiente e obscura equivale a falta de fundamentação, conforme resulta do exposto no art.º125º, n.º 2 do CPA.

III – DA ILEGALIDADE: POR ERRO NOS PRESSUPOSTOS DE FACTO E DE DIREITO

a) Quanto à alegada desadequação do ramo de Educação Física

24. Decide o CAE, no ponto 12.4-2, que fundamenta a decisão do CA neste aspeto “*Não permitir o funcionamento do ramo de Educação Física por manifesta desadequação do projeto, do corpo docente recrutado e sobretudo do plano de estudos*”, o que, como supra se referiu, corresponde apenas a um juízo conclusivo assente num conceito vago e indeterminado. Este conceito “*manifesta desadequação*” nem sequer se pode considerar concretizado com recurso ao referido no RFCAE a esse respeito, pois a fundamentação no mesmo exposta limita-se a reproduzir o RPCAE que, por sua vez, se baseia nos dados iniciais sem ter em consideração a reformulação efetuada em sede de pronúncia.
25. E continua a CAE no seu RFCAE, afirmando que “*As estratégias de formação são uma decisão da instituição. Contudo a adequação dos objetivos de formação e consequente organização curricular devem ser consubstanciados em formulações pedagógica (sic) e cientificamente válidas*”, o que corresponde a uma afirmação de conteúdo meramente recomendatório, além do mais ambígua e obscura já que não chega a afirmar e muito menos explicar por que razão tal não ocorreria no ramo de Educação Física em particular, que é o único rejeitado, embora como vimos a sua supressão ponha em causa a estratégia de formação da UE, que, nas palavras da própria CA, é à UE que cabe decidir.
26. Quando, finalmente, a CAE começa a objetivar a sua decisão a este propósito percebe-se que está a partir de pressupostos errados, senão vejamos:
27. “A CAE relembra que a área de Educação Física não é expressamente necessária para nenhuma função profissional”. Ora, este facto, ainda que fosse verdade, que não é, nunca seria legitimamente impeditivo da acreditação. Veja-se, por exemplo, as licenciaturas em Filosofia, Ciência Política, Português, já para não falar da Física e da Química e de todas as licenciaturas direcionadas para a investigação, que também não são expressamente necessárias para uma profissão em concreto e não deixam por isso de ser essenciais, particularmente no contexto do ensino universitário, como é o caso.
28. Todavia, embora não fosse fundamento válido para a não acreditação, como já adiantámos, tal facto não corresponde à verdade, pois este ramo após o subsequente Mestrado em Educação Física, é indispensável para lecionar no grupo curricular de Educação Física no Ensino Básico e Ensino Secundário, como a própria CAE afirma logo de seguida (“*a possibilidade de lecionação no EB e secundário no grupo curricular de EF é carente do mestrado em Ensino em EF*”) embora acrescenta “*cujo acesso possui requisitos bem estabelecidos e que não estão reunidos no presente plano de estudos*” que mais uma vez consubstancia uma afirmação meramente conclusiva e não funda-

mentada, já que em lado algum resulta que este plano de estudos não reúna os requisitos para o ulterior acesso ao referido mestrado. E, mesmo que se entendesse que com a alusão a esta alegada falta de requisitos a CAE se estava a referir ao facto de no projeto inicial a estrutura curricular não ter 120 ECTS em Desporto, há que esclarecer que tal foi corrigido em sede de pronúncia (3.2 da PIES), tal como mencionado nos pontos 13 e 14 supra.

29. Deste modo, ao fundamentar a não-aceitação do ramo de Educação Física, no facto de este, alegadamente, não ser necessário para nenhuma função profissional, o CA labora em erro sobre os pressupostos de facto porque na realidade o mesmo é expressamente necessário para lecionar o grupo curricular de Educação Física no Ensino Básico e Secundário, e em erro sobre os pressupostos de direito, pois ainda que tal não ocorresse, essa circunstância não seria fundamento legalmente válido para não “acreditar” o respetivo ramo.

b) Quanto aos factos e interpretação da lei no que se refere ao Corpo docente

30. A respeito do corpo docente refere a CAE que *“Importa que a lecionação seja garantida pelos especialistas”*. Isto para afirmar de seguida, ainda que daqui não resulte qualquer conclusão no sentido da desadequação do corpo docente, (que, como referido, não foi considerada pelo CA) dá-se nota de que a CAE salientou no ponto 12.4 do RFCAE aspetos respeitantes ao corpo docente proposto - *“dos 21 docentes, 16 estão contratados a tempo integral. Dos 13 doutorados, um é em Estudos Africanos, outro em Neuropsicologia, outro em Psicologia Educacional, outro em Estatística. Dos 9 doutorados em Ciências do Desporto, um está contratado a 50%. Dos restantes 8 doutorados na área científica predominante do ciclo de estudos, dois elementos não confirmaram a disponibilidade para serem contratados a 100%.*
31. Não retirando a CAE desta explanação qualquer conclusão evidente, a mesma parece ter sido apresentada para indiciar o não cumprimento de rácios legais, em particular no que se refere à especialização, e para criticar os argumentos utilizados pela UE na pronúncia, sugerindo que esta fosse *“mais criteriosa”* em virtude de o critério que utilizou para a consideração da especialidade dos docentes nuns casos ter sido a sua formação inicial e noutros o doutoramento.
32. Ora, como está definido no art.º 6º do GADES, para uma licenciatura é obrigatório 50% de especialistas e 30% doutores na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo de estudos e a UE demonstra cumprir (por excesso) este critério no 4.3. da PIES, onde apresenta 69% de especialistas e 43% com doutoramento.
33. O GADES define ainda, no art.º 3º alínea g) o que entende por especialista, que pode, entre outros requisitos alternativos, ser *“detentor de um grau académico e possuir no mínimo 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado pelo órgão científico ou técnico científico do estabelecimento de ensino superior”* mas pode também ser especialista, nos termos do ponto iii) da mesma alínea, aquele que a A3ES assim considere ainda que não cumpra estes requisitos, sendo que a A3ES tem entendido e veiculado como passíveis de serem considerados especialistas: doutorados com grau na área; doutorados sem grau na área, mas com investigação relevante na área e licenciados e mestres com grau na área e 10 anos de experiência profissional.
34. Ou seja, é a própria lei e a interpretação que a A3ES adota, que estabelece critérios latos e alternativos para a qualificação dos docentes como especialistas, exigindo um grau académico, juntamente com experiência profissional relevante, conforme o art.º 6º alínea g) do GADES, nas áreas que o docente leciona ou se propõe lecionar e não necessariamente na área do ciclo de estudos onde se integra a unidade curricular, o que bem se entende já que se um docente é chamado a lecionar por exemplo *“Inglês”* é mais curial que tenha um grau e experiência nesta área em concreto do que em Educação Física. Logo, não só é legalmente admissível como absolutamente criterioso qualificar como especialistas os docentes em função de critérios diferenciados, desde que subsumíveis aos conceitos amplos previstos na lei, tal como ocorreu.
35. Por conseguinte, se o RFCAE, onde se alicerçou o CA, tivesse em conta os dados plasmados na pronúncia a este respeito à luz da sua própria interpretação da lei, teria concluído expressamente pelo cumprimento dos rácios no respeitante ao corpo docente. No entanto, mesmo não o tendo feito o CA substituiu a condição proposta pela CAE *“Verificar a adequação do corpo docente aos requisitos legais”* (12.3 RFCAE) por, no prazo de 1 ano *“Evidenciar a manutenção da adequação do corpo docente aos requisitos legais”* (9. DCA), o que revela que na sua decisão final considerou o corpo docente adequado ao ciclo de estudos, não tendo discriminado que o mesmo não o fosse em relação ao ramo concreto de Educação Física, pelo que carece de sustentação também a este propósito a não autorização de funcionamento do mesmo.
36. No que se refere aos pressupostos de ligação/cooperação de docentes com contratos em outras instituições de ensino superior público e privado, embora daqui também não se extraia qualquer efeito, nomeadamente quanto aos rácios de corpo docente próprio, que não são afetados, e portanto também não servem de fundamento à rejeição do ramo de Educação Física, sempre se dirá que alguns dos docentes que estão ligados contratualmente a outras instituições seja através de contratos de ensino seja através de bolsas de investigação, assumiram compromissos de tra-

balho, que, evidentemente, estão dependentes da acreditação do curso, não sendo legitimamente exigível que estes se desvinculem das instituições onde se encontram enquanto o processo de avaliação e acreditação decorre e antes de ter a certeza que o ciclo de estudos entrará em funcionamento.

c) Quanto às considerações sobre o processo de estágio

37. Por fim, quanto à adequação do processo de estágio, sempre se dirá que esta matéria apenas diz respeito aos ramos de Treino Desportivo e de Exercício e Saúde, que foram acreditados, e portanto as observações emitidas a este respeito pela CAE jamais seriam aptas a fundamentar a não-aceitação do ramo de Educação Física, que deste não carece.
38. Todavia, a UE não deixará de ter em conta para os ramos sujeitos a estágio os aspetos mencionados pela CAE no ponto 12-4 a este respeito, embora saliente que os mesmos não correspondem a elementos solicitados na plataforma da A3ES, pelo que a sua não apresentação jamais poderia levar a concluir pela desadequação do plano de estágios. Essa terá sido eventualmente uma das razões pelas quais o CA tenha vindo a considerar o processo de estágio adequado, em discordância com a CAE ao alterar a condição “*Adequar o processo de estágio bem como das instalações existentes à formação dos estudantes (...)*” por “*Evidenciar a manutenção da adequação do processo de estágio bem como das instalações existentes à formação dos estudantes*”.

IV – DA INCONVENIÊNCIA

39. Como sobejamente invocado e fundamentado pela UE no requerimento inicial e na pronúncia, o ciclo de estudos proposto apresenta vários aspetos inovadores, consagrando uma visão holística das Ciências do Desporto inspirada nas melhores práticas internacionais, vocacionado, como nenhum outro em Portugal, para a cooperação em rede, através do GRUPO LAUREATE, e, conseqüentemente, para a internacionalização por via da mobilidade académica e profissional e atração de estudantes, docentes e investigadores internacionais.
40. A nível nacional, e tal como explicou no ponto 3.1 da PIES, a UE pretendeu conformar esta licenciatura com as recentes alterações nos regimes de formação de treinadores e de profissionais de exercício e saúde, que viabilizam a possibilidade dos licenciados na área em Desporto requererem graus de treinador (Decreto-Lei n.º 248-A/2008, Despacho n.º 5061/2010 e Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto) ou de diretor técnico (Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto), garantindo, desde logo, que o reconhecimento deste curso por parte do IPDJ seja diferenciado da grande maioria dos cursos já existentes em Portugal – que se ficam pela entrada inicial dessas carreiras – sem sacrificar a componente científica e comportamental exigível a um licenciado nesta área, o que significa uma mais-valia para a oferta de ensino superior na área do Desporto em Portugal.
41. Ao impor como condição de acreditação do ciclo de estudos em Ciências do Desporto e Atividade Física, a não acreditação do ramo de Educação Física, que é o seu ramo principal, o CA, na realidade procedeu à não acreditação de todo o ciclo de estudos, impedindo sem fundamento legal, a implementação em Portugal de um projeto educativo que consagra uma integração profunda entre a componente teórica e de investigação e a vertente profissional.
42. Este ciclo de estudos, e em particular o seu ramo de Educação Física, não só responde à procura crescente de estudantes a nível nacional, como está particularmente apto para, com recurso à rede LAUREATE UNIVERSITIES, atrair estudantes de outras nacionalidades e, nesta medida, a sua não acreditação afigura-se inconveniente face aos fins prosseguidos pela A3ES e ao cumprimento dos objetivos estratégicos de desenvolvimento de um ensino superior diferenciado e de qualidade que incentiva o empreendedorismo e internacionalização.

Do exposto se extraem as seguintes

B) CONCLUSÕES

- A. O ato administrativo em que se consubstancia a deliberação do CA, que não acreditou o ramo de Educação Física do ciclo de estudos de Ciências do Desporto e Atividade Física da UE, padece de vícios de ilegalidade e de inconveniência, que devem ser sindicados pelo Conselho de Revisão, nos termos do art.º 22º do R869/2010.
- B. A decisão do CA ao consubstanciar uma acreditação parcial de um ciclo de estudos, não está em conformidade com a lei, no que se refere ao seu conteúdo e sentido, que apenas permite a acreditação desfavorável, favorável, ou favorável com condições, com referência a um ciclo de estudos e não a um ramo do mesmo, além de que, embora se identifique como um ato de acreditação favorável com condições, a decisão do CA corresponde materialmente e tem como efeito jurídico a não acreditação, violando com isto o disposto no art.º 34º do R392/2013 e no art.º 123º, nº 2 *in fine* do CPA.
- C. O conteúdo da decisão do CA, ao integrar por remissão o conteúdo do RFCAE, padece de discrepâncias graves e reiteradas entre a versão inglesa e portuguesa, atentando contra a transparência, rigor e consistência impostos pelos *European Standards and Guidelines* (ESG) a que a A3ES está vinculada e denota claramente falta de qualidade da produção da Comissão de Avaliação Externa.

- D. A deliberação do CA violou o direito de audiência prévia da UE, ao não considerar argumentos e esclarecimentos por esta apresentados, remetendo para o RFCAE, que se manteve inalterado na maior parte dos tópicos, mesmo naqueles que se basearam em pressupostos entretanto alterados e ou justificados em sede de pronúncia da UE, em desconformidade com os deveres decorrentes do art.º 17º, n.º 2, do R392/2013 e do art.º 107º do CPA.
- E. A decisão final do CA não apresenta fundamentos claros, precisos e completos para a não acreditação do ramo de Educação Física, optando por juízos conclusivos, conceitos vagos e indeterminados e observações genéricas quer sem relação específica com o ramo não acreditado (corpo docente), quer sem aplicação ao mesmo (estágio), violando os art.º 124º e 125º do CPA.
- F. Como supra se justificou, a decisão do CA é ainda ilegal por erro nos pressupostos de facto e de direito, por se basear em conclusões do RFCAE que adotam, ainda que implicitamente, critérios quanto aos rácios do corpo docente em matéria de especialistas não consentâneos com a interpretação da lei aplicável, e que invocam a desnecessidade do ramo de Educação Física para qualquer função profissional, sem correspondência com a realidade, além de outros aspetos supra evidenciados que denotam desconformidade com os factos e com a lei aplicável, que tornam o ato inválido nos termos do art.º 135º do CPA.
- G. Ao avaliar os meios propostos de forma desadequada aos fins pretendidos como o ciclo de estudos e impedir o funcionamento do ramo de Educação Física inviabilizando a implementação de um projeto inovador e versátil que consagra uma visão holística das Ciências do Desporto inspirada nas melhores práticas internacionais, vocacionado, como nenhum outro em Portugal, para a cooperação em rede, através do GRUPO LAUREATE, e, consequentemente, para a internacionalização por via da mobilidade académica e profissional e atração de estudantes, docentes e investigadores internacionais, a decisão do CA, deve ainda ser revista pelo CR por se afigurar inconveniente face aos fins prosseguidos pela A3ES e ao cumprimento dos objetivos estratégicos de desenvolvimento de um ensino superior diferenciado e de qualidade que incentiva o empreendedorismo e internacionalização.

TERMOS EM QUE SE REQUER A REVOGAÇÃO PARCIAL DA DECISÃO DO CA NO QUE SE REFERE À NÃO ACREDITAÇÃO DO RAMO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM OS FUNDAMENTOS DESCRITOS E A SUA SUBSTITUIÇÃO POR DELIBERAÇÃO DE ACREDITAÇÃO DO CICLO DE ESTUDOS INTEGRALMENTE CONSIDERADO, SEM PREJUÍZO DA ADOÇÃO DE RECOMENDAÇÕES, TENDO A UE TODA A DISPONIBILIDADE PARA COLABORAR NO SENTIDO DE ENCONTRAR AS MELHORES SOLUÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO PROPOSTO.

Dear Sir,
President of the Review Board of A3ES

ENSILIS-Educação e Formação SA, founding body of Universidade Europeia (UE), having been notified of the Board of Directors (CA) decision on 06/05/2014, which, based on the conclusions of the Final Report of the External Review Committee (RFCAE), overruling the previous accreditation request of the course, corresponding to the degree in “**Sports Science and Physical Activity**”, with regards to the field “Physical Education” and accrediting it with conditions, for 1 year, the referred course with respect to the fields in “Training” and “Health and Exercise”, come, under the terms and for purposes of the provisions in article 45 of Regulation no. 392/2013 (R392/2013), conjugated with article 20 and the following of Regulation no. 869/2010 (R869/2010), presents the following

APPEAL

Based on the illegality and inconvenience of the practiced administrative act, which has led to the following conditions:

A) GROUNDS FOR APPEAL

As we shall demonstrate, the decision of the CA supported in RFCAE suffers from *illegality*:

- i. by indeterminacy of the meaning, scope and the legal effects of the administrative act, in violation of the provisions in article 123 of APC and of article 34 of R392/2013;
- ii. by violation of the norms that attribute the right to a prior hearing (article 16 and article 17 no.2 of R392/2013) and article 107 of the Administrative Procedure Code (APC);
- iii. by insufficient, vague and obscure grounds and (article 125 APC), that leads to the violation of the law due to lacking grounds;
- iv. by error in the assumptions from the facts and of the law, equally leading to the violation of the law, turning the act defeasible, in accordance with article 135 of APC.

The deciding act also suffers from *inconvenience*, by evaluating the proposed means in an inadequate manner for the intended purposes with the course and impeding the functioning of the field of Physical Education invalidating the implementation of an innovative and versatile project which constitutes an added value in today's current panorama of teaching Sports Science in Portugal.

I – OF ILLEGALITY: BY INDETERMINACY OF THE MEANING, SCOPE AND THE LEGAL EFFECTS OF THE ADMINISTRATIVE ACT

1. In accordance with that postulated in article 123 of APC all mandatory particulars of the administrative act - including “*the contents or the meaning of the decision and the respective purpose*” – should be “*enunciated in a clear, precise and complete manner, in order to be able to determine unequivocally its meaning and scope and the legal effects of the administrative act.*”
2. The decision of the CA in crisis is to “**Accredit with conditions, in favourable agreement or disagreement with the CAE**” (6. DCA). Well, unless one considers there to have existed a written oversight and the intention is to say agreement and favourable disagreement, with the agreement being in the part in which it rejected the field of Physical Education and favourable disagreement being in the part in which it accredited the other two fields, the decision's meaning is vague and ambiguous, and even inconsistent, not allowing one to attain its real meaning and its legal effects.
3. Let us examine. The conditions that are imposed, in accordance with item 9 of the DCA, are the following:
“**Conditions to be fulfilled immediately:**
- **Reduce the number of places to 60;**
- **The field of Physical Education is not accredited.**
Condition to be fulfilled in 1 year, taking into account that it is a new training area within the Institution:
- **Show the adequate upkeeping of the teaching staff to the legal requisites.**
Condition to be fulfilled in 3 years (sic) taking into account that it is a new training area within the Institution:
- **Show the adequate upkeeping of the internship process as well as the existing premises for the training of students**”.
4. This formulation results in the following: ever since it was presented as condition to the non-accreditation of the field of Physical Education, when in fact one is not dealing with a true condition, but with an unfavourable biased decision which is not admitted by law. In addition, it is a decision – in the ambit of an accreditation process for a course – which has no correspondence to its purpose which is the course and not each one of the fields, moreover the fields that compose the course share identical resources concerning lecturers and premises and are not for divid-

ing purposes.

5. The decision to issue in an accreditation process is referring to a course in its whole and under the terms of article 34 of R392/2013 can only have one of three possible meanings: favourable, unfavourable or provisionally favourable, being that, as seen in item 3 of the same article, the *“favourable decision may be conditioned to adoption, by the interested higher education institution, from quality guaranteeing measures that are determined within a reasonable time period.”*
6. Well, with the exception of the reduction in the number of places, strictly speaking none of the other conditions are true conditions: The non-accreditation of a field – which constitutes, in accordance with article 76º-A of the Decree-Law no. 115/2013, of 7 of August (known as GADES) one of the main features of the course – is in itself a true decision which spoils the whole course and transforms the pseudo accreditation favourable with conditions into a true unfavourable decision concerning the course, which was planned, structured and proposed with a particular intrinsic logic which is not viable when amputated from the field in question.
7. Indeed, the field of Physical Education is the main field of the course, be it for historic reasons or for notoriety – all Sport courses in Portugal began, exclusively, with the area of Physical Education (in Faculdade de Motricidade Humana da UL Physical Education rising in 1940 [1986 as a degree], remaining as fundamental, with the specializing fields in Training and Exercise only appearing in 2006) – for employment purposes, whilst the students that attended Physical Education may assume roles as coaches and exercise technicians, however the contrary is not true. This is due to the fact of it being necessary to have a Physical Education course in order to do a Masters in Physical Education and only with the latter can one be a teacher in Primary and Secondary schools, thus making this field increasingly more appealing. Lastly, the suppression of the Physical Education field definitively puts in doubt the economic sustainability of the educational project, as this field shares with the Sports Training field 69% (37 out of 54) of the course unit of the course and consequently the lecturers and allocated material resources too.
8. Furthermore the reduction in the number of places to 60 – which in fact was proposed by UE in its declaration, proportionally distributed among the fields 20/20/20, (item 9 of UE's declaration, hereinafter PIES) - is inconsistent when conjugated with the non-accreditation of the Physical Education field, to which a quota of 1/3 of the 60 proposed places was reserved for the course subject to accreditation. In other words, the same number of places from the three fields is accepted, now only for two, without any kind of adapted distribution criteria.
9. The other conditions related to the upkeep of the teaching staff and the internship process, are also not true conditions in the assertion of the regulation that we have been quoting, as they substantiate assumptions of legality and not quality guaranteeing measures. In fact, the manner in which they appear formulated shows beforehand that both the teaching staff and the internship process and the existing premises are adequate, because only then one could impose that it be shown the respective *“upkeeping of adequacy”*.
10. Adding to these vices the fact that the wording of the decision, which incorporates by expressed reference to the constant reasons given from RFCAE (10 of DCA), containing serious and repeated intrinsic discrepancies. Indeed, pursuant to article 16, of R392/2013, the report must be presented in Portuguese and English, requiring judicial attention from the CAE including experts from foreign institutions (article 11 no2). Yet, it is noted that there also exists throughout the Preliminary Report and, consequently, in the Final Report which corresponds to almost a full copy of that, multiple discrepancies between the Portuguese and English version and goes well beyond simple translation mistakes.
11. Indeed, as the Review Committee can observe, the English version does not correspond to the Portuguese version in various excerpts of RFCAE:
 - i. or because it does not have correspondence of the contents - **3.3.3** – (*“Por fim, cada disciplina apresenta a sua fórmula metodológica própria/ Finally, the methods do not evidence a well established scientific and pedagogic coordination”*) e **10.3** (*“O curso apresenta , ainda, um número elevado de UC (Inglês (sic), competências comunicacionais, pensamento crítico, criatividade (sic) etc...), que parecem pouco específicas de um título académico no âmbito do desporto sem uma formulação adequada dos seus propósitos/Beyond that the course comprises a collection of topics that are not specific and are often assumed as parallel to a curriculum and not part of it.(such as communication skills, English, creativity, etc...”*);
 - ii. or because it contains contrasting formulations - **7.2** (*“Existem, em Portugal, numerosos ciclos de estudos nesta área/ There are a couple of additional courses on this scientific areas across the country”*);
 - iii. or because the English version has more contents and details than the Portuguese one - **8.4** – (*“quase superando em volume as instituições estabelecidas há largas décadas, não o fazendo em rede/ which is very similar with the volume of the established institution for more than decades that are currently international references in Europe and in the world. Actually, this enthusiastic action is based without (sic) any networking support”*);
 - iv. or because the Portuguese version has more contents and details than the English one - **6.4** (*“Por outro lado, a lista de projetos que foi enunciada corresponde à numeração de referências dos mesmos, não sendo possível*

identificar as áreas, os tópicos de investigação, as instituições que foram proponentes e gestoras dos projectos./The list of projects is not detailed regarding the topics and the institutions that managed the actions”).

v. or, finally, because references are made which only exist in the English version, which does occur in points 2.2.2 (“does not contribute to a generalist and multiprofessional profile of the students”); **4.4** (“In the meantime, among the records it is possible to find cases that suggest a full-time contract in parallel to a post-doctoral granted from the FCT 2012 application”); **5.4.** (“Nonetheless, it is needed to follow this process to guarantee that the goals will be carried out given the students available places ($n > 100$)” e **9.4** (“Little is informed about the process of involvement from the teaching staff members”).

12. Independently of the real and concrete impact that these linguistic discrepancies may have in the meaning of the decision, we highlight on this matter that they do not contribute at all to transparency, rigour and the consistency of the decision and clearly denotes a lack of output from the External Review Committee created in the ambit of an Agency, which as you know is bound to fulfilling *European Standards and Guidelines* (ESG) and is subject to evaluation by the *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA).

II - OF ILLEGALITY: BY VIOLATING THE RIGHT TO A PRIOR HEARING

13. UE was notified of the Preliminary Report from CAE (RPCAE), which concluded in favour of the non-accreditation of the courses based on a series of considerations, namely in the number of full-time lecturers (“*only 8 are FT with direct connection to the area of training*”); lack of qualifications of the coordinator (“*does not correspond to the specialization area of the course*”) and their high workload; alleged lack of a “*self-identifying statement*” among the three fields; alleged lack of adequacy of the fields to potential competences and professional opportunities; the fact of the Physical Education plan not guaranteeing 120 ECTS among other arguments that shall be mentioned later below.
14. In sequence to this notification and as elapses in article 31 of R392/2013, UE pronounced on the RPCAE, seeking to respond, justify and clarify all raised issues, correcting or providing information in due time and presenting concrete facts, with a view to enabling the reappraisal of the proposal by the CAE and the accreditation of the courses by the CA.
15. It is important to note that some of these aspects could only be duly explained and documented in the pronouncement stage, namely those referring to the objectives of the syllabus (3.1.3 RPCAE), due to the electronic platform’s limitations with regards to the number of characters available in the sections to be filled in and the number/type of acceptable documents that could be annexed to the initial form.
16. Notwithstanding the concern by UE in responding exhaustively and methodically to all issues raised in the RPCAE, what was confirmed was that with exception to items related to the profile of the coordinating lecturer (1.2.1) and to the access and admission conditions (2.1.1 and 2.1.2) and final conclusions, the RFCAE corresponds *ipsis verbis* to RPCAE, not taking minimally into account the clarifications provided in the EU’s declaration at the prior hearing, not even when addressing information and perfectly objective clarifications, frontally violating the provisions in article 17º, no. 2 applicable to *ex vi* of article 31 of R392/2013) which establishes that the Final Report ought to “*take into consideration the declaration of the interested institution of higher education*”.
17. That lack of consideration for the elements provided is evident throughout the Final Report, reaching the point of absurd and incoherent when UE, for example, after having proposed the reduction in the number of places, from 124 to 60, RFCAE continued to refer that the courses “*would add to the annual admission more than a hundred students*” (8.4 RFCAE) or when it continued to refer to “*it not being identifiable the number of 120 ECTS in Sport and Physical Education*” (3.1.3 RFCAE), even after UE had admitted, justified and corrected the error (3.2. PIES), or, even when it continued to account and make comments on the teaching staff (4.4 RFCAE) with reference to the initial situation without commenting on the corrections and factual clarifications carried out by UE on that matter (4.1 to 4.3. of PIES).
18. In other words, although – in clear incoherence with everything that is referred to in several items of the RFCAE – in item 12.4 it is referred that “*the CAE received and read the declaration and expresses its gladness from the recognition of some weaknesses and suggested proposals concerning adequacy ...*”, in fact, with exception to the profile of the coordinator (1.2.1 RFCAE) and the access conditions (2.1.1 RFCAE) nothing was taken into account, in the corresponding topics from the RFCAE, thus what was not fully secured was the exercising right to a prior hearing which in several aspects was only formally respected, turning the act invalid, by violating both 17, no. 2, of R392/2013, and of article 107 of CPA which imposes that the competent body resolves in the final decision all relevant issues raised during the proceedings which were not decided upon in previous occasions.

III – OF ILLEGALITY: BY INSUFFICIENT AND OBSCURE GROUNDS (LEADS TO LACKING GROUNDS)

19. According to article 125 of CPA and article 34 of R392/2013, grounds are stated *per relationem*. From this possibility elapses that the exposed in RFCAE forms part of the administrative act – decision of the CA – consisting in

its grounds. With the decision having been unfavourable for the UE, grounds are, in accordance with article 123, no. 1, d) of CPA, one of their compulsory particulars.

20. Well, as we see, the CA's decision, although apparently favourable, materially constitutes an unfavourable decision given that its effect is the non "accreditation" of the course's main field, which demands *clear, precise and complete* reasoning (article 123, 2 CPA). Nevertheless, this did not occur as the meagre arguments used to base the decision on – that are explained in the last item of (12.4) – do not circumscribe to the unauthorized field but are common to the whole course.
21. On the other hand, conclusive grounds are used abundantly, without apprehensible contents: for example "*the presented resources do not permit guaranteeing quality to a greater contingent*" 12.4-1 RFCAE; "*manifesting inadequacy of the project, of the recruited teaching staff and above all the syllabus*" (12.4-2 RFCAE); vague and ambiguous: "*high number of UC (...) which seem not to be specific of an academic title*" (10.3 RFAE); "*seems to be one of the weakest items of this proposal*" (9.4 RFAE); "*this disintegration (...) seems to contradict its own proposal*" and even obscure: "*well established requisites (where?) and which are not gathered in the current syllabus*".
22. Well, this manner of obtaining conclusions without, on the one hand, taking into account clarifications received in a prior hearing, and, on the other hand, without specifying exactly to what they are referring to in each case, using unjustified generalizations, make the grounds of the decision, respectively insufficient and obscure. Moreover there does not even exist one well founded and apprehensible reason that addresses in particular to the non-accredited field and which can rightfully justify its discrimination. It is noticeable that the teaching staff and its premises are common to the three fields, the internship only exists in the authorized fields and the alleged unnecessary of the field for a professional prospect, apart from being wrong, would not be a deterrent for the accreditation of a degree, even more so in university education, as we shall demonstrate further on.
23. These circumstances illustrate that the act is vitiated with repeated violation of the law, as insufficient and obscure grounds is equivalent to lack of grounds, in accordance with that exposed in article 125, no. 2 of CPA.

IV – OF ILLEGALITY: BY ERROR IN THE ASSUMPTIONS FROM THE FACTS AND OF THE LAW

a) Regarding the alleged inadequacy of the field of Physical Education

24. CAE decides, in item 12.4-2, which bases the decision from CA on this aspect "*Not to permit the functioning of the field of Physical Education due to the inadequacy of the project, the recruited teaching staff and above all the syllabus*", which, as mentioned above, corresponds only to a conclusive judgement based on a vague and undetermined concept. This concept "*manifests inadequacy*" it cannot even be considered materialized with appeal to that referred in RFCAE to that respect, as the grounds exposed limit in reproducing what RPCAE, in turn, is based on initial data without taking into account the reformulation made.
25. And CAE continues affirming in its RFCAE that "*The training strategies are a decision of the institution. However, the adequacy of the training objectives and the consequent curricular organization should be consubstantiated in pedagogical formulations (sic) and scientifically valid*", which corresponds to an affirmation of merely recommendatory contents, as well as being ambiguous and obscure as it is not enough just stating and even less explaining for what reason this does not occur in particular in the field of Physical Education, which is solely rejected, although as we have seen its suppression puts in doubt the training strategy of UE, which, in the words of the CA, it is up to UE to decide.
26. When, finally, the CAE commences objectifying its decision ~ in this respect, it is noticeable that they are basing them on mistaken assumptions, but let's see:
27. "CAE stresses that the area of Physical Education is not expressly necessary for any professional function". Well, this fact, even if it were true, which is not the case, would never rightfully be a deterrent for accreditation. Look, for example, to the degrees of Philosophy, Political Science, Portuguese, not to mention Physics and Chemistry and all degrees directed towards research, which also are not expressly necessary for a profession and do not for that reason lose importance, particularly in the context of university education, which is the case.
28. However, although not having valid grounds for the non-accreditation, as already mentioned, such a fact does not correspond to the truth, as in this field after the subsequent Masters in Physical Education, it is indispensable to teach in the curricular format of Physical Education in Primary and Secondary Education, as the CAE itself affirms ("*the possibility of teaching in Primary and Secondary Education within the curricular format of PE is lacking a masters in the teaching of PE*") despite adding "*whose access has well established requisites and is not gathered in the current syllabus*" which once again merely substantiates a conclusive and ungrounded statement, given that it is not indicated anywhere that this syllabus does not meet the requisites for the subsequent access to the referred Masters. And, even if it is understood that with the allusion to this alleged lack of requisites the CAE was referring to the fact that in the initial project the curricular structure did not have 120 ECTS in Sport, it is necessary to clarify

that this was corrected in (3.2 of PIES), as mentioned in items 13 and 14 above.

29. Thus, basing the non-acceptance of the field of Physical Education, on the fact that this, allegedly, not being necessary for any professional function, the CA labours on an error upon the assumptions of the fact because in reality such qualifications is expressly necessary to teach the curricular format of Physical Education in Primary and Secondary Education, and on errors upon the assumptions of law, even if this does not occur, those circumstances would not be valid grounds legally for not “accrediting” the respective field.

b) Regarding the facts and the interpretation of the law concerning the teaching staff

30. With respect to the teaching staff the CAE refers that “*It matters that lecturing be guaranteed by specialists*”. This to state then that though from here results no conclusion in the inadequacy of the teaching staff, (which, as referred, was not considered by the CA) it can be noted that the CAE highlights in item 12.4 of the RFCAE aspects regarding the proposed teaching staff - “*of the 21 lecturers, 16 are contracted on a full-time basis. Of the 13 doctorate holders, one is in African Studies, another in Neuropsychology, another in Educational Psychology, another in Statistics. Of the 9 doctorate holders in Sports Science, one is contracted at 50%. Of the remaining 8 doctorate holders in the predominant scientific area of the course, two elements did not confirm their availability to be contracted at 100%.*”
31. With the CAE not taking from this explanation any kind of evident conclusion, the same seems to have been used to indicate the non-fulfillment of legal ratios, in particular, with regards to specialization, and to criticize the arguments used by UE in its declaration, suggesting that they be “*more sensible*” in virtue of the criteria that it used for the consideration of the lecturers’ speciality, in some cases being their initial training and in others their PhD.
32. Well, as is defined in article 6 of GADES, for a degree it is obligatory 50% of specialists and 30% doctorate holders in the area or fundamental training areas of the course and UE demonstrates complying (in excess) to this criteria in 4.3. of PIES, where it presents 69% specialists and 43% with a PhD.
33. GADES also defines, in article 3 paragraph g) what it understands as being a specialist, which may, among other alternative requisites, be a “*holder of a university qualification and possess a minimum of 10 years of professional experience, exercising effectively during, at least, five years in the last 10, and having a professional curriculum of proved quality and relevance, duly confirmed by the scientific body or by the scientific staff member of the higher education establishment*” but one can also be specialist, under the terms of item iii) of the same paragraph, one that A3ES considers despite not fulfilling these requisites, with the A3ES having deemed and set as being considered specialists: doctorate holders with a degree in the area; doctorate holders without a degree in the area, but with relevant research in the area and graduates and holders of a Masters degree and holders of a Masters in the degree area and 10 years of professional experience.
34. In other words, it is the law itself and the interpretation that A3ES adopts, which establishes broad criteria and alternatives for the qualification of lecturers as specialists, demanding a university qualification, accompanied by relevant professional experience, in accordance with article 6 paragraph g) of GADES, in the areas that the lecturer teaches or proposes to teach and not necessarily in the course area where the course unit is, which is well understood given that if a lecturer is called to teach for example “English” it is more curial that one has a university qualification and experience in this given area than in Physical Education. Thus, it is not only legally admissible as well as being absolutely judicious to qualify as specialists the lecturers according to the different criteria, so long as it is assimilated within the ample concepts foreseen in the law, which was the case.
35. Therefore, if the RFCAE, where the CA is set, had taken into account the data embodied in the declaration in this regard in the light of their own interpretation of the law, it would have been expressly concluded the fulfillment of the ratios concerning the teaching staff. However, even if it had not been done the CA replaced the proposed condition from the CAE “*Verify the adequacy of the teaching staff to the legal requisites*” (12.3 RFCAE) by, in a period of 1 year “*Show the upkeeping of adequate teaching staff to the legal requisites*” (9. DCA), which reveals that in their final decision the teaching staff was considered to be adequate for the course, not having discriminated that, the same was not the case in relation to the concrete field of Physical Education, thus lacking support also on this matter the non-authorization of the functioning of the given subject.
36. With regards to assumptions of connection/cooperation of lecturers with contracts in other public and private Higher Education institutions, although no effect is extracted from this matter, namely regarding the teaching staff itself, which is not affected, and thus also does not serve as grounds for the rejection of the field of Physical Education, it is always said that some of the lecturers contractually bound to other institutions be it through teaching contracts or through research grants, to assume work commitments, evidently, they are dependent upon the accreditation of the course, with it not being legitimate to demand that they resign from the institutions they are involved in whilst the evaluation and accreditation process is ongoing and before knowing for sure that the course will become operational.

c) Regarding the considerations concerning the internship process

37. Finally, regarding the adequacy of the internship process, it is always said that this matter is only related to the fields of Sports Training and that of Exercise and Health, which were accredited, thus the observations issued on this matter by the CAE would never be suitable to comment on the non-acceptance of the field of Physical Education, which is not included in this matter.
38. However, UE shall not neglect taking into account aspects mentioned by the CAE in item 12-4 concerning the fields subject to an internship, whilst pointing out that such matters do not correspond to elements requested in the platform of A3ES, thus not presenting such evidence would never lead to conclude that the internship plan is inadequate. This possibly may have been one of the reasons for which the CA has been considering the internship process adequate, in disagreement with the CAE to altering the condition “*Making suitable the internship process as well as the existing premises for the training of students (...)*” for “*Show the adequate upkeep of the internship process as well as the existing premises for the training of students*”.

IV – OF INCONVENIENCE

39. As widely invoked and grounded by UE in the initial application and declaration, the proposed course presents various innovative aspects, devoted to a holistic vision of Sports Science inspired on the best international practices, focused, like no other in Portugal, to network cooperation, through the LAUREATE GROUP, and, consequently, for internationalization through academic and professional mobility and the attraction of students, lecturers and international researchers.
40. At a national level, and as explained in item 3.1 of PIES, UE sought to conform this degree to the recent alterations in the regimes for the training of coaches and professionals from health and exercise, which enables the possibility of graduates in the area of Sport requesting coaching levels (Decree-Law no. 248-A/2008, Order no. 5061/2010 and Law no. 39/2012, of 28 of August) or of technical director (Law no. 39/2012, of 28 of August), guaranteeing, from the outset that the recognition of this course by IPDJ be differentiated from the majority of existing courses in Portugal – which stall at the beginning of those careers– without sacrificing the scientific and behavioural component demanded from a graduate in this area, which signifies an added value to the offering of higher education in the area of Sport in Portugal.
41. In imposing as an accreditation condition to the course Sports Science and Physical Activity, the non-accreditation of the field of Physical Education, which is its main field, the CA, in reality it proceeded in the non-accreditation of the whole course, impeding without any legal grounds, the implementation in Portugal of an educational project devoted to a deep integration between the theoretical and research component and the professional side.
42. These courses and in particular the field of Physical Education, does not only respond to the growing demand from students at a national level, but it is particularly suitable through the LAUREATE UNIVERSITIES network, of attracting students from other nationalities and, through this measure, its non-accreditation is inconvenient given the objectives pursued by A3ES and the fulfillment of strategic objectives in the development of quality higher education that stands out and stimulates entrepreneurship and internationalization.

From the above the following is extracted

B) CONCLUSIONS

- A. The administrative act in which substantiates the deliberation of the CA, which did not accredit the field of Physical Education from the Sports Science and Physical Activity course from UE, is vitiated with illegality and inconvenience, which should be investigated by the Review Board, under the terms of article 22 of R869/2010.
- B. The decision from the CA to substantiate a partial accreditation of a courses, is not in accordance with the law, in reference to its contents and meaning, which only permits unfavourable, favourable or favourable with conditions accreditation, with reference to a course and not to the field of the same matter, in addition, although it is identified as an act of favourable accreditation with conditions, the decision of the CA is materially considered and has legal effects to non-accreditation, thus violating the provisions in article 34 of R392/2013 and in article 123, no. 2 *in fine* of CPA.
- C. The contents of the decision of CA, in integrating by remission the contents of the RFCAE, suffers from serious and repeated discrepancies between the English and Portuguese versions, going against transparency, rigour and consistency imposed by *European Standards and Guidelines* (ESG) to which A3ES is bound and denotes clearly a lack of quality output from the External Review Committee.
- D. The deliberation of the CA violated the UE's right to a prior hearing, in not considering their arguments and clarifications, deferring to the RFCAE, which remained unaltered in the majority of the topics, even in those

that were based on assumptions which in the meantime were altered and or justified in the UE's declaration, in disagreement with the arising duties of article 17, no. 2, of R392/2013 and of article 107 of CPA.

- E. The final decision of CA does not present clear, precise and complete grounds for the non-accreditation of the field of Physical Education, opting for conclusive judgements, vague and undetermined concepts and generic observations without any specific relation to the non-accredited field (teaching staff), neither without application to the same matter (internship), violating articles 124 and 125 of CPA.
- F. As justified above, the decision of CA is also illegal by error in the assumptions from the facts and of the law, by basing on conclusions from the RFCAE that adopt, even though implicitly, criteria concerning the ratios of the teaching staff regarding specialists not consistent with the interpretation of the applicable law, and which invoke the unnecessary of the field of Physical Education for any professional function, without any correspondence to the reality, apart from other aspects shown above which denote variance with the facts and with the applicable law, making the act invalid under the terms of article 135 of CPA.
- G. In evaluating the means proposed in an inadequate manner for the intended purposes of the course and impeding the functioning of the field of Physical Education, invalidating the implementation of an innovative and versatile project which is devoted towards a holistic vision of Sports Science inspired on the best international practices, focused, like no other in Portugal, to network cooperation, through the LAUREATE GROUP, and, consequently, for internationalization through academic and professional mobility and the attraction of students, lecturers and international researchers, the decision from CA, should still be reviewed by CR as it appears inconvenient given the intended purposes by A3ES and the fulfillment of strategic objectives in the development of quality higher education that stands out and stimulates entrepreneurship and internationalization.

TERMS REQUIRING THE PARTIAL REVOCATION OF THE DECISION FROM THE CA IN WHAT REFERS TO THE NON-ACCREDITATION OF THE FIELD OF PHYSICAL EDUCATION, WITH THE GROUNDS DESCRIBED AND ITS SUBSTITUTION BY RESOLUTION OF THE ACCREDITATION OF THE COURSE WHOLLY CONSIDERED, WITHOUT PREJUDICE IN THE ADOPTION OF RECOMMENDATIONS, WITH THE UE FULLY AVAILABLE TO COLLABORATE WITH A VIEW TO FINDING THE BEST SOLUTIONS FOR THE APPRECIATION OF THE EDUCATIONAL PROJECT PROPOSED.